
REVISTA DE GEOGRAFIA

Programa de pós-graduação em geografia da UFPE
www.ufpe.br/revistageografia

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PLANEJAMENTO PARA OS PEQUENOS MUNICÍPIOS

Maurício Polidoro¹; José Augusto de Lollo²; Carolina Buzzo Bechelli³

¹ Mestrando em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos. mauricio_polidoro@yahoo.com.br

² Prof. Dr. Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pós Doutor em Engenharia Civil (UFSCar). Livre-Docente (UNESP). lolloja@dec.feis.unesp.br

³ Mestranda em Geografia. Universidade Estadual de Londrina. carolbechelli@gmail.com

Artigo recebido em 11/05/2010 e aceito em 02/12/2010

RESUMO

A Política Nacional de Habitação, promulgada pelo atual governo federal, tornou-se um marco histórico da situação de habitação no Brasil. A constituição de um fundo e a obrigatoriedade dos municípios de desenvolverem seus Planos Diretores de Habitação para aderirem a esse desenha uma nova situação para o enfrentamento de um problema histórico: o de moradia. A partir disso, e com base na experiência no desenvolvimento do Plano Local de Habitação de Interesse Social do município paranaense de Tapejara, tentar-se-á versar sobre as dificuldades de diagnosticar o cenário da problemática habitacional no referido município bem como traçar alguns apontamentos no que concerne a utilização do plano para o planejamento municipal.

Palavras-chave: Amazônia Habitação de Interesse Social, Planejamento Urbano, Planos Diretores.

ABSTRACT

The National Housing Policy, promulgated by the current federal government, has become a landmark of the housing situation in Brazil. The establishment of a fund and the obligation of municipalities to develop their Housing Master Plans designs that adhere to a new situation for dealing with a historical problem: the housing. From this, and based on empirical experience of the authors in developing the Local Plan for Social Housing in the Parana city of Tapejara, we'll try revolve around the difficulties of diagnosing the stage of the housing in that district as well as tracing some notes regarding the use of the plan for municipal planning.

Keywords: Social Housing, Urban Planning, Master Plans.

INTRODUÇÃO

Convém dizer que problemática habitacional foi delegada ao âmbito federal a partir da década de 50, com a urbanização desordenada das cidades brasileiras devido ao aumento da população urbana no país em virtude do processo de industrialização e emigração do campo.

Ao longo das décadas, de iniciativa do Estado, vários mecanismos voltados a investimentos no setor como parcerias e sistemas de financiamento em longo prazo surgiram de maneira a facilitar a aquisição de imóveis de baixa renda, porém, com grande ineficiência prática e operacional. Consolidou-se um cenário nacional de desordem do território urbano incluindo-se a falta de infraestrutura e moradia, em parte devido a um grande período de tempo em que se caracterizou a falta de investimentos e políticas voltadas ao setor habitacional.

O processo de municipalização ocorrido após a Constituição de 1988, que delegou a partir de então cada vez mais poder aos municípios, culmina mais recentemente na aprovação do Estatuto da Cidade e na da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Delineada com base na participação popular em todas as decisões políticas, a organização interna da esfera municipal com a formação de conselhos deliberativos trás a possibilidade da consolidação de uma nova perspectiva na elaboração de propostas da escala local em direção as escalas estadual e federal.

Dentro dos caminhos vislumbrados pelo Sistema Nacional de Habitação, está a maior liberação de recursos da União para os municípios destinados exclusivamente para investimentos no setor de habitação incluindo a regularização fundiária e viabilização de moradia para a população de menor renda

O PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social, é um instrumento de gestão municipal a ser elaborado, voltado a direcionar o planejamento do território urbano para a temática habitação de interesse social envolvendo um diagnóstico aprofundado da situação habitacional do município tanto do setor de planejamento e obras quanto do setor social, voltado para a definição de metas e futuras ações relacionadas.

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre os desafios que envolvem o planejamento urbano e quais são suas perspectivas dentro da realidade dos pequenos municípios brasileiros dentro dos moldes atuais da política de desenvolvimento e ordenação do setor habitacional.

HABITAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO PRÉ-LULA

O enfrentamento da problemática habitacional no Brasil data desde o período do governo de Getúlio Vargas onde a temática passou a ser encarada pelo Estado e considerada como questão

social, iniciando-se, a partir daí, uma “incipiente política habitacional no país” (BONDUKI, 1994, p. 712).

Apesar da preocupação com a habitação ter se iniciado no governo populista de Vargas, a problemática em si explodiu principalmente no decorrer dos anos 50 e pós-60 concomitante a urbanização desordenada provocada pela industrialização, a tecnificação no campo e o êxodo rural no país e a instauração do governo militar. Foi neste período que o desenho institucional da habitação nasceu na prática.

Neste momento, nasceu o SFH – Sistema Financeiro de Habitação, criado pelos militares. Sobre isto, Santos (1999) aponta que este sistema era:

um mecanismo de captação de poupança de longo prazo para investimentos habitacionais, cuja idéia central era que a aplicação de um mecanismo de correção monetária sobre os saldos devedores e as prestações dos financiamentos habitacionais viabilizaria tais investimentos (caracteristicamente de longo prazo), mesmo em uma economia cronicamente inflacionária. (SANTOS, 1999, p. 11).

Dentro do SFH existia o BNH – Banco Nacional de Habitação, órgão regulador do SFH, que era responsável por repassar as verbas as Companhias de Habitação (COHABs) e estas, por sua vez, contratavam construtoras e repassavam a preço de custo as unidades habitacionais para os consumidores finais, estes que eram incumbidos de pagar o financiamento para a própria COHAB.

Os recursos utilizados para repasse na construção de unidades para as COHABs pelo Governo Federal eram oriundos da poupança forçada, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS pago pelos trabalhadores formais. As taxas de inadimplência, entretanto, eram marcantes no financiamento de moradias das classes de até 3 salários mínimos o que prejudicou o desempenho das COHABs na época. Uma melhora foi observada de acordo com Santos (1999) quando a companhia passou a incluir as famílias de até 5 salários mínimos no financiamento das unidades habitacionais até o período de recessão econômica.

O fim do governo militar aliado a crise econômica, a desconcentração de políticas públicas efetivas e o fechamento do SFH devido a falência deste modelo levou para Nova República um cenário caótico na questão da moradia no Brasil. Azevedo (1995) aponta que neste período:

[..] o quadro existente no setor habitacional apresentava, resumidamente, as seguintes características: baixo desempenho social, alto nível de inadimplência, baixa liquidez do sistema, movimentos de mutuários organizados nacionalmente e grande expectativa de que as novas

autoridades pudessem resolver a crise do sistema sem a penalização dos mutuários (AZEVEDO, 1995, p. 295)

Diante deste cenário, o reflexo nas cidades brasileiras são os piores conforma cita Vêras e Bonduki (1986):

Nada é mais revelador do fracasso do SFH/BNH do que a análise da situação habitacional em contextos urbanos concretos. Frente ao não atendimento da clientela popular pelas políticas públicas, emergem “soluções” de abrigo – favelas, ocupações/invasões, cortiços, casas precárias de periferia – sempre de péssima qualidade habitacional e não vinculadas a redes de infra-estrutura e serviços (VÉRAS e BONDUKI, 1986, p. 39)

Maricato (2009, p. 10) também comenta que as alternativas da habitação que incluem infra-estrutura e serviços urbanos, demandadas pela maior parte da população não são encontráveis nem no mercado e nem nas políticas públicas fortalecendo cada vez mais o urbanismo de risco e a cidade ilegal.

A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO E O PLANO DE HABITAÇÃO

Após anos de recesso de investimentos e preocupações diretas na área de habitação no Brasil ao longo do final da década de 80, 90 e início dos anos 2000, o período do governo Lula marcou um novo paradigma na história da habitação brasileira.

Durante a primeira gestão foi criado o Ministério das Cidades o qual ficou incumbido de estruturar, por meio do Conselho das Cidades e do Conselho Curador do FGTS a Política Nacional de Habitação.

A Política de Habitação foi regulamentada por meio da Lei 11.124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Gestor do FNHIS. De acordo com Maricato (2007) o referido projeto de lei de iniciativa popular aguardou cerca de 13 anos para ser aprovado, o que ocorreu em 2005. Maricato (2007) ainda aponta que:

Com o novo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social previsto na lei espera-se agregar, além de mais recursos do OGU, recursos de Estados e municípios no esforço de somar subsídios que ajudem a oferecer moradias para os que estão engrossando e ampliando as favelas e os loteamentos clandestinos em todo o Brasil o que, neste começo de milênio, está longe de constituir uma minoria da população brasileira. (MARICATO, 2007, p. 2).

De acordo com a lei, os objetivos do SNHIS são:

1. viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
2. implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
3. articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

A lei ainda engloba princípios e diretrizes básicas que remontam a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade como a integração das políticas nos diversos níveis da federação, coibição da especulação imobiliária por meio da função social da propriedade urbana e descentralização nas decisões.

Surge na Política Nacional de Habitação novos norteamentos como a utilização de terrenos pertencentes ao Poder Público como prioritários para construção de habitação de interesse social além da utilização de vazios, inseridos dentro da malha urbana e dotados de infraestrutura como também prioritários para moradia de interesse social.

Os idosos e as famílias chefiadas por mulheres com baixa renda são, a partir das diretrizes da lei, prioritários para aquisição de unidades habitacionais devido à vulnerabilidade de tal grupo.

Entretanto, para que os municípios tenham acesso aos recursos do FNHIS é obrigatório, conforme a lei, o desenvolvimento do PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social que deverá contemplar as especificidades do município (ou localidade) diagnosticando a demanda atual e projeções futuras.

A Caixa Econômica Federal além de ser órgão integrante do SNHIS juntamente com o Ministério das Cidades, Conselho das Cidades, Conselho Gestor do SNHIS fica com o cargo de analisar, aprovar e liberar recursos para o desenvolvimento dos PLHIS nos municípios que aderirem ao sistema.

Nota-se que o avanço nesse novo modelo de planejamento da habitação é extraordinário, contudo apontamentos sobre sua eficácia e os percalços nos seus pormenores devem ser feitos. A partir disso, a seguir tentaremos esboçar, de forma crítica, o processo de desenvolvimento do PLHIS de Tapejara/PR almejando reflexões para o planejamento e possível remediação da problemática da moradia, muito característica e marcante também nos pequenos municípios.

CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

O município de Tapejara está geograficamente situado a 70 km ao Sul do trópico de Capricórnio, em altitude de 1.100 metros acima do nível do mar (Figura 1), nas coordenadas Latitude 23° 35' 17" Hemisfério Sul e Longitude 52° 56' 23" oeste de Greenwich segundo dados do IPARDES (2007)

Com população estimada em 14.936 habitantes (PLHIS, 2009) o município está inserido na mesorregião geográfica noroeste do Paraná que possui os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul como limítrofes.

A mesorregião Noroeste Paranaense é marcada historicamente pelo intenso uso irregular do solo ao longo que figura, atualmente, terras precárias para a agricultura impactando diretamente na economia e demografia. Moura (2004) aponta que a tecnificação do campo a modernização da agropecuária provocou evasão no estado do Paraná principalmente nas regiões Norte e Noroeste.

Aliado a isto, a falta de políticas públicas de desenvolvimento regional coloca Tapejara bem como a região na sua totalidade fora do eixo de integração do estado do Paraná conforme visto em Polidoro (2009) intensificando a problemática social da região.

Apesar disto, a projeção do crescimento populacional de Tapejara no horizonte de 20 anos mostra-se mais otimista do que os municípios limítrofes¹. Isto devido à instalação de uma Usina de cana-de-açúcar que empregou milhares de trabalhadores da região.

Contudo, o despreparado para agregar o contingente da população reflete diretamente na problemática habitacional do município. A falta de infraestrutura e escassas oportunidades de trabalho culminam no surgimento de ocupações irregulares e cortiços para uma cidade considerada “pequena”.

A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL EM TAPEJARA/PR

O Plano Local de Habitação de Interesse Social deve englobar, além de uma contextualização regional do município em escala meso e microrregional, a caracterização dos atores sociais potenciais para o planejamento da participação popular, a caracterização físico-territorial do município, os marcos regulatórios e legais, planos estratégicos correlatos além de um diagnóstico completo das condições institucionais e administrativas.

¹ Em 1970 a população de Tapejara era de 22.220 habitantes decaindo bruscamente para 12.057 habitantes em 1991 e subindo gradativamente, após a instalação da Usina chegando atualmente em 14.936 habitantes. Em 2020, estima-se uma população de 17.595 habitantes.

Além destes, um dos capítulos mais importantes é referente à descrição quantitativa e qualitativa, e uma análise crítica das necessidades habitacionais do município que deve englobar o déficit habitacional quantitativo e qualitativo bem como a inadequação habitacional.

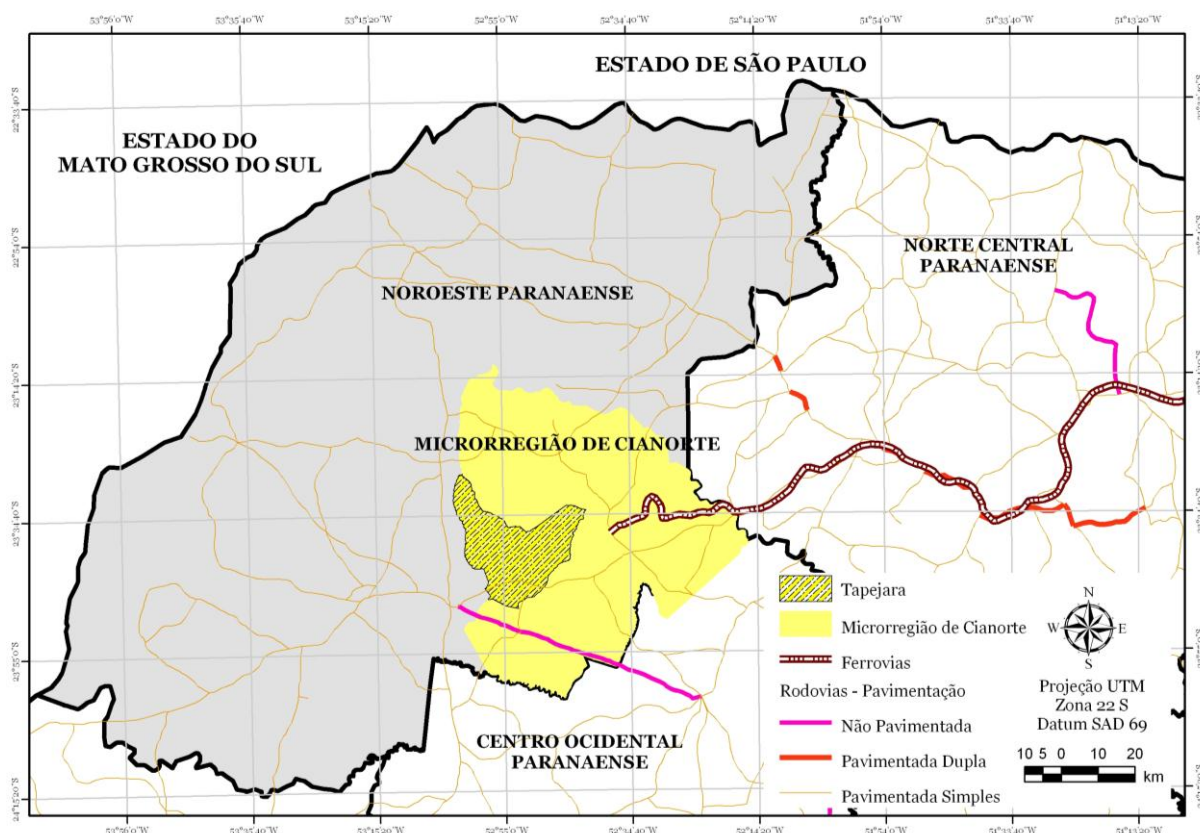


Figura 1 - Contextualização regional e vias de acesso a Tapejara/PR.

Para tanto, foi necessário buscar na literatura a definição de cada componente do déficit para que, posteriormente, fosse possível identificar quais os componentes e dados existentes no município que auxiliassem na sistematização e proposição das estratégias e ações do Plano de Habitação.

No caso de Tapejara – PR utilizou-se para a mensuração do déficit habitacional por incremento de estoque² cinco parâmetros, excluindo-se o “ônus excessivo com aluguel”, utilizado nos estudos da Fundação João Pinheiro (2000), porém indisponíveis no município trabalhado. Dessa forma, têm-se como base no cálculo do déficit habitacional as seguintes definições, a partir de FJP (2000) e Azevedo (2007):

- **Domicílios improvisados** - locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia, tais como barracas, viadutos, prédios em construção, carros etc, denotando necessidade de novas habitações;

² Ou seja, aqueles que precisam de moradia.

- **Cômodos alugados ou cedidos** – Famílias que moram em quartos ou cômodos alugados ou cedidos usando de forma comum áreas de acesso e equipamentos sanitários, sem privacidade;
- **Famílias conviventes ou Famílias conviventes secundárias** - são constituídas por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal;
- **Famílias que moram em residências cedidas** – Famílias com renda de até três salários mínimos mensais, que residem em domicílios cedidos por empregador, familiares ou outro.
- **Domicílios rústicos** - que são caracterizados principalmente pela falta de paredes revestidas de alvenaria e/ou madeira aparelhada. Estes materiais podem resultar em desconforto e risco de contaminação por doenças em decorrência da situação de insalubridade e devem ser repostos

Através dos dados do Cadastro Único, censo do IBGE (2000) obteve-se para Tapejara o seguinte cenário sobre o déficit habitacional:

Tabela 1 – Déficit habitacional de Tapejara/PR

Componente do Déficit Habitacional	N.º de Domicílios (2009)	N.º de Famílias (Estimativa-2009)
Domicílios Cedidos	344	270
Domicílios Alugados	213	167
Famílias Conviventes	399	313
Domicílios Rústicos*	9	40*
Total	965	790

Fonte: PLHIS (2009)

*São números reais e não estimativas.

Observa-se que as famílias conviventes e os domicílios cedidos são os que apresentam o maior percentual em relação ao déficit (41% e 35%, respectivamente) sendo os domicílios alugados totalizando um percentual de 22%.

Os domicílios rústicos totalizam apenas 0,9%. Se considerarmos o total do IBGE (2000) de 3.015 domicílios na área da sede urbana de Tapejara o Déficit Habitacional atual do município de Tapejara é de 32%, ou seja, demanda 965 unidades habitacionais. Este valor é quatro vezes maior que o déficit médio do estado do Paraná, que segundo Gonçalves (1998) é de 8,2%.

Também parte das necessidades habitacionais, componente do Plano de Habitação, a definição da inadequação domiciliar é essencial para desenhar o cenário da problemática habitacional.

Azevedo (2007) aponta que Inadequação Habitacional está relacionada:

[Com] os domicílios com carência de infraestrutura, com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, em alto grau de depreciação ou sem unidade sanitária domiciliar exclusiva. [...] São considerados domicílios carentes de infraestrutura todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. (AZEVEDO e ARAUJO, 2007, p. 244).

Para determinar um índice que abrigasse todos os itens componentes da inadequação, buscou-se a metodologia do ICH – Índice de Carência Habitacional, desenvolvido pelo IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O cálculo do ICH é feito a partir da equação do IDH e utiliza os dados do censo do IBGE (2000) para mensurar a inadequação. Takeda e Polidoro (2008) utilizaram este índice para identificar a carência habitacional na Região Metropolitana de Londrina e indicam as variáveis utilizadas pelo IPPUR:

- **Abastecimento de água:** Rede Geral com Canalização (adequado); Rede Geral com Canalização só no Terreno (adequado); Poço com Canalização (adequado); e Poço com Canalização só no Terreno, Poço sem Canalização e Outros definidos como inadequados.
- **Tipo de escoadouro sanitário:** é considerado adequado: Rede Geral e Fossa Séptica. Os inadequados são domicílios que possuem a seguinte destinação: Fossa Rudimentar; Vala Negra, Rio Lago ou Mar, Outro e Sem Banheiro ou Sanitário.
- **Destinação do lixo:** Coletado Direto e Coletado Indireto são considerados adequados; e queimado, enterrado, jogado no terreno, jogado em rio, lago ou mar e outros são considerados inadequados.

A fórmula do ICH é representada por: $ICH = \frac{\text{Valor Observado} - 0}{100 - 0}$ (IPPUR, 2003), sendo “Valor observado” o correspondente ao percentual encontrado de domicílios com determinado atributo, o “Melhor Valor” correspondente à situação onde nenhum tem o atributo (0%) e o “Pior Valor” corresponde à situação onde todos os domicílios têm o atributo (100%).

Cada variável possui um peso, e o índice final será construído através da média ponderada: ICH-Água: peso 3; ICH-Esgoto: peso 2; ICH-Lixo: peso 1.

Para uma hierarquização do ICH foram estabelecidas três categorias definidas como: ICH entre 0 a 0,5 é considerado Extremo Índice de Carência, de 0,5 a 0,8 Alto Índice de Carência e de 0,8 a 1 Baixo Índice de Carência.

Para Tapejara, utilizou-se os dados dos setores censitários urbanos agregados do IBGE (2000) que dividiu a sede urbana em 11 setores. A partir disso, em ambiente ArcView 9.3 foi criado um banco de dados a partir dos cálculos efetuados em Microsoft Excel® e obteve-se o mapa apresentado na figura 2.



Figura 2 – Inadequação habitacional de Tapejara/PR. Fonte: PLHIS (2009).

Como observado, a cidade de Tapejara possui os piores índices nas regiões mais periféricas da porção norte da área urbana. Os cortiços, por outro lado, encontram-se ocupados na região central e mais a sul com urbanização consolidada.

Apesar dos poucos cortiços existentes no município, e não existir favelas tampouco outras ocupações com riscos ambientais e agravantes de saúde pública, a problemática habitacional de Tapejara encontra-se principalmente na renda dos responsáveis pelos domicílios.

Dados do IBGE (2000) indicam que enquanto a média salarial da microrregião de Cianorte na qual o município de Tapejara está inserido é de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos totalizando

51,01% da população, em Tapejara o maior percentual está abaixo desta média onde os com renda entre mais de ¼ de salário a 3 S.M. totalizam 61,89% da população total (IBGE, 2000).

Os responsáveis pelos domicílios são caracterizados principalmente por mulheres e aqueles com acima de 70 anos de idade desenhando famílias e domicílios altamente propensos a instabilidade.

Todos esses fatores, aliados ainda a uma relevante especulação imobiliária localizada na área central e ainda a delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em regiões periféricas do perímetro urbano caracterizam o município de Tapejara com um futuro preocupante na abstenção de intervenções de políticas públicas urgentes.

Para tanto, o Plano de Habitação frisa, em todos os momentos, a importância da gestão compartilhada entre os municípios da microrregião para a remediação de seus problemas. Sobre a região na qual Tapejara se insere, Endlich (2007) aponta que:

Contam como elementos favoráveis para as cooperações supramunicipais na região Noroeste do Paraná, além da proximidade física das cidades, os fluxos intermunicipais impulsionados pela sociabilidade, como a frequência a festas por parte de moradores entre municípios vizinhos. Isto mostra uma significativa predisposição de mobilidade espacial, entre localidades por parte da população. E como pode se perceber são muitas as possibilidades de articulações municipais, tanto no que se refere à multiplicidade de instrumentos que podem ser criados, quanto aos objetivos que podem ser perseguidos (ENDLICH, 2007, p. 11).

Dessa forma, acreditamos que o caminho mais promissor para a resolução dos problemas é a aliança conjunta e gestão compartilhada desses territórios isolados dos eixos de desenvolvimento.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Os dados apontam que, apesar do município bem como a microrregião na qual o primeiro se insere estarem localizados na região sul do Brasil, considerada uma das mais bem desenvolvidas e com melhores indicadores socioeconômicos, os múltiplos territórios e facetas existentes coexistem de forma desigual.

Tapejara, bem como seus municípios limítrofes são vítimas de um processo histórico de ocupação desordenada pela agricultura que a partir da modernização criou um espaço de exclusão e devastação ambiental com seqüelas gravíssimas no âmbito social e econômico.

A instalação de empreendimentos como Usinas e outros que exigem muita mão de obra aparecem como um favorecimento contraditório pois ao mesmo tempo em que geram empregos resultam em problemas habitacionais devido a falta de moradia tanto para os residentes no município que sedia tais empreendimentos bem como para os que migram para estes em busca de oportunidade.

Em alguns casos, quando o empregador acaba cedendo moradia, os empregados ficam a mercê de condições que caracterizam um verdadeiro progresso atrasado de regiões excluídas de um estado tão rico e potente como o Paraná.

As necessidades habitacionais tornam-se então cada vez mais marcantes mesmo quando os empregadores dispõem habitação para os seus empregados, o Poder Público, por outro lado, fica responsável por subsidiar a terra urbanizada, ou seja, a infraestrutura necessária para a vivência social e habitabilidade mínima.

Tal conjuntura exige ações imediatas por parte dos administradores públicos que devem executar e planejar os diversos planos estratégicos como Planos Diretores e de Habitação em conjunto com municípios que possuem as mesmas características em busca de uma justiça social ou, no mínimo, algo mais próximo disso: a renda e a moradia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. O desempenho do poder público na área habitacional: um breve retrospecto. In: **Déficit habitacional no Brasil** — Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

AZEVEDO, S.; ARAÚJO, M. B. Questões metodológicas sobre o “déficit habitacional”: o perigo de abordagens corporativas. **Revista Caderno das Metrópoles**, n. 17, p. 241-255, 2007.

ENDLICH, A. M. Gestão territorial compartilhada em espaços não-metropolitanos. **Scripta Nova** (Barcelona, v. 11, p. 1/64-15, 2007).

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Redes (Santa Cruz do Sul)**, v. 12, p. 5/artigo 1-35, 2008

BONDUKI, N. G. Origens da habitação no Brasil. **Revista Análise Social**. Volume XXIX (127). 1994.

GONÇALVES, R. R. O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda domiciliar. **Texto para discussão n.º 559**. IPEA, 32p, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de 2000**. CD-ROM.

MARICATO, E. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista VeraCidade**. Ano IV, N. 04, 2009.

MARICATO, E. Metr pole, Legisla o e Desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, n. 17, N. 48, 2003.

MARICATO, E. **A nova política nacional de habita o**. Texto disponível *on line* em: <usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_novapoliticahab.pdf>. LABHAB/FAU/USP. 2007. Acesso em: 28 de outubro de 2009.

PLANO LOCAL DE HABITA O DE INTERESSE SOCIAL DE TAPEJARA – PARANÁ. **Diagnóstico do Setor Habitacional**, 171p, 2009.

POLIDORO, M.; BARROS, M. V. F. Novas políticas, velhos problemas: o que os mapas revelam sobre os investimentos no Paraná de hoje. **Anais do I S mpoio Nacional de Recursos Tecnológicos Aplicados a Cartografia**. Maringá. 2009.

SANTOS, C. H. M. Políticas Federais de Habita o no Brasil: 1964/1998. Texto para discussão n.  654. IPEA, 1999.

TAKEDA, M. M. G.; POLIDORO, M.; BARROS, O. N. F. Mapeamento do  ndice de Carência Habitacional e  ndice de Longevidade na Região Metropolitana de Londrina. **Anais da XXIV Semana de Geografia e III Seminário de Geografia do Norte do Paraná**. Londrina, 14p., 2008.

VERAS, M.; BONDUKI, N. G. Política Habitacional e a Luta pelo Direito a Habita o. In: Maria Lúcia Covre. (Org.). **A Cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense. 1986.